



Conselho Geral

Regulamento Eleitoral para a Eleição do Conselho Geral para o quadriénio 2015/2019

1. O presente regulamento disciplina o processo eleitoral com vista à eleição dos seguintes membros para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Sancho II, Alijó: oito representantes do pessoal docente; dois representantes do pessoal não docente; dois representantes dos alunos: quatro representantes dos encarregados de educação; dois representantes da comunidade local e três representantes da autarquia. Foi redigido tendo por base o **DECRETO-LEI 137/2012 DE 2 de julho** e o **REGULAMENTO INTERNO** do Agrupamento não dispensando, no entanto, a sua consulta.

Artigo 1º

Processo eleitoral

1. Compete à presidente do Conselho Geral a condução do processo de eleição e designação dos membros do Conselho Geral e deve-lhe ser dirigida toda a documentação relativa ao mesmo;
2. A presidente do Conselho Geral juntamente com 2 membros do órgão constituem a Comissão Eleitoral do processo eleitoral, competindo-lhe, entre outras ações, decidir sobre todas as reclamações.

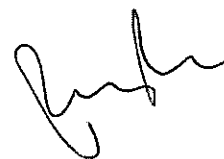
Artigo 2.º

Designação de representantes

1. Os representantes do pessoal docente são eleitos por todos os docentes e formadores em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
2. Os representantes dos alunos e do pessoal não docente são eleitos separadamente pelos respetivos corpos, nos termos definidos no regulamento interno.
3. A representação dos discentes é assegurada por alunos maiores de 16 anos de idade.
4. Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sob proposta das respetivas organizações representativas, e, na falta das mesmas, nos termos a definir no regulamento interno.
5. Os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.
6. Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de atividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros nos termos do regulamento interno.
7. Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações são indicados pelas mesmas nos termos do regulamento interno.

Artigo 3.º

Eleições



1. Os representantes do pessoal docente, do pessoal não docente e dos alunos, candidatam -se à eleição, apresentando-se em listas separadas.
2. As listas devem conter a indicação dos candidatos a membros efetivos, em número igual ao dos respetivos representantes no Conselho Geral, bem como dos candidatos a membros suplentes.
3. As listas do pessoal docente devem assegurar, sempre que possível, a representação dos diferentes níveis e ciclos de ensino, nos termos definidos no regulamento interno.
4. A conversão dos votos em mandatos faz -se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

Artigo 4º

Listas de candidaturas

1. As listas deverão ser preenchidas em impresso próprio, disponível nos serviços administrativos da escola sede e na página do Agrupamento;
2. Não são admitidos, como candidatos, docentes contratados;
3. Um candidato não pode ser, simultaneamente, candidato efetivo e suplente de uma lista;
4. Cada candidato só pode candidatar-se por uma única lista;
5. Os candidatos consideram-se ordenados segundo a sequência da lista pelos mesmos apresentada.
6. As listas referentes ao pessoal docente, pessoal não docente e alunos, deverão ser rubricadas pelos respetivos candidatos que assim manifestarão a sua concordância;
7. As listas são ainda acompanhadas da indicação de um representante e do respetivo contacto, o qual assume a representação da lista para efeitos processuais e legais;
8. As listas deverão ser entregues, em envelope fechado e em mão, nos serviços de administrativos da escola sede, dirigido à presidente do Conselho Geral, contra a entrega de recibo comprovativo, sendo rejeitadas as que forem entregues após a hora e data estabelecidas no calendário eleitoral.
9. Após a verificação dos requisitos relativos à constituição das listas, e informados os respetivos representantes das mesmas, decorrerá o prazo de 2 dias úteis para reclamações, findo o qual serão afixadas, depois de rubricadas, pela presidente do Conselho Geral.
10. As listas admitidas, para cada corpo eleitoral, serão identificadas de A a Z, de acordo com a hora e a data de entrega nos serviços administrativos.

Artigo 5.º

Delegados das listas

Os delegados das listas têm a qualidade de fiscalizar as operações, de serem ouvidos em todas as questões que se suscitarem durante o funcionamento da assembleia de voto e de assinar as respetivas atas,

Artigo 6.º

Cadernos eleitorais

1. Um eleitor não pode estar inscrito em mais do que um caderno eleitoral.

2. Os cadernos eleitorais provisórios serão afixados nas escolas do Agrupamento e podem ser consultados nos serviços administrativos.
3. Qualquer reclamação referente aos cadernos eleitorais será entregue, nos serviços administrativos do Agrupamento em horário de expediente, no prazo de 48 horas a contar da sua afixação.
4. Depois de analisadas as reclamações, caso existam e efetuadas as correções necessárias, os cadernos eleitorais serão considerados definitivos e afixados.

Artigo 7º

Mesa Eleitoral

1. Serão constituídas, na escola sede do Agrupamento e na escola do Pinhão, duas Mesas Eleitorais diferentes para a eleição de cada um dos representantes do Pessoal Docente e do Pessoal Não Docente.
2. As mesas eleitorais serão constituídas por um Presidente, dois Secretários e três suplentes.
3. Cada mesa eleitoral é responsável pelo cumprimento do horário da votação, pelo registo de votantes no respetivo caderno eleitoral e pela segurança da urna e boletins de voto.
4. Os eleitores só podem votar mediante a apresentação de um dos documentos indicados na convocatória respetiva. Na falta de um dos documentos de identificação referidos, podem votar os eleitores reconhecidos pelos membros que integram a Mesa Eleitoral;
5. Cada lista poderá indicar até dois representantes para acompanharem os atos da eleição.
6. A designação dos membros das diferentes mesas eleitorais será da responsabilidade da Presidente do Conselho Geral e dos representantes das listas apresentadas que realizarão uma reunião para o efeito.
7. As mesas eleitorais abrirão às 9.00h (nove horas) e encerrarão às 17.00h (dezassete horas), a que se seguirá o escrutínio, a menos que antes tenham votado todos os eleitores inscritos nos cadernos eleitorais.
8. A abertura e o encerramento da urna é efetuada pelo Presidente da mesa eleitoral, perante as respetivas Assembleias Eleitorais, lavrando-se a respetiva ata.

Artigo 8.º

Ata da mesa de voto

1. A ata referida no número 8 do artigo anterior conterá os seguintes elementos:
 - a) Os nomes dos membros da mesa e dos delegados das listas presentes;
 - b) A hora de abertura e de encerramento da votação e o local;
 - c) O número total de eleitores inscritos e de votantes;
 - d) O número de votos em branco e de votos nulos;
 - e) O número de votos obtidos por cada lista;
 - f) A identificação dos boletins sobre que haja havido reclamações;
 - g) As eventuais divergências de contagem dos votos;
 - h) As reclamações e protestos;
 - i) As deliberações tomadas pela mesa;
 - j) Quaisquer outras ocorrências que sejam consideradas por qualquer dos presentes dignas de menção.
2. A ata deve ser assinada por todos os membros da mesa e pelos delegados das listas que tenham estado presentes durante as operações relativas ao ato eleitoral e entregue, em envelope fechado, à presidente do



Conselho Geral, assim que concluídos todos os trabalhos da mesa eleitoral.

3. Qualquer elemento da mesa poderá lavrar protestos na ata contra as decisões tomadas.

Artigo 9º

Convocatórias

As convocatórias devem mencionar as normas práticas do processo eleitoral, locais de afixação das listas de candidatos, hora, local do escrutínio e são afixadas na portaria da escola sede, nas escolas que constituem o Agrupamento e divulgadas na página do Agrupamento.

Artigo 10º

Boletins de voto

1. O boletim de voto será preenchido, marcando uma cruz na caixa junto à letra que identifica a lista pretendida, sendo posteriormente depositado na urna dobrado em quatro partes;
2. Corresponde a voto em branco, o do boletim que não tenha qualquer marca;
3. São considerados nulos os votos de um boletim que tenha qualquer sinal diferente do previsto no ponto um deste artigo ou em que o sinal nele inscrito suscite dúvidas sobre o seu verdadeiro significado, bem como aqueles em cujo boletim tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura.
4. Os boletins de voto, separados por corpos e por listas, votos brancos e nulos, serão entregues em envelope fechado e assinado no exterior por todos os elementos da mesa e pelos representantes das listas presentes à presidente do Conselho Geral.

Artigo 11.º

Apuramento final e publicação dos resultados

1. A Comissão Eleitoral reúne para apreciar e decidir as reclamações eventualmente suscitadas e para apuramento dos resultados finais.
2. A Comissão Eleitoral verificará todos os documentos, e elaborará a ata final, onde constará a soma dos votos de cada lista e, por aplicação do método de Hondt, a conversão de votos em mandatos, com a ordenação dos candidatos eleitos
3. O prazo de reclamação do processo eleitoral é de 48 h após a publicitação dos resultados.

Artigo 12.º

Dúvidas e casos omissos

A Comissão Eleitoral resolverá as dúvidas e os casos omissos suscitados na interpretação e aplicação do presente Regulamento.